



12803563



08027.000832/2020-91



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 2260/2020/AFEPAR/MJ

Brasília, 9 de outubro de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal SORAYA SANTOS
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1008/2020, de autoria da Deputada Federal Fernanda Melchionna - PSOL/RS.

Referência: Ofício 1aSec/RI/E/nº 1422/2020

Senhora Primeira Secretária,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1008/2020, de autoria da Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS) para encaminhar a Vossa Excelência informações "relativas à atuação da Polícia Federal em operação de treinamento realizado no dia 11 de agosto de 2020 na Região Administrativa da Estrutural, especificamente no local conhecido como Chácara da Santa Luzia", nos termos da documentação anexa.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

ANEXOS

1. OFÍCIO Nº 973/2020/SEAPRO/GAB/PF (12697968);
2. Despacho SIC/DOV/GAB/PF 16102291 (12698121).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000832/2020-91. SEI nº 12803563
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-9001 Site: - www.justica.gov.br



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

OFÍCIO Nº 973/2020/SEAPRO/GAB/PF

Brasília, 21 de setembro de 2020.

Ao Senhor

LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GÓES

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Brasília - DF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1008/2020.**

Referência: Ofício nº 2086/2020/AFEPAR/MJ

Senhor Assessor,

Em atenção ao documento em referência, encaminha-se manifestação técnica por meio do Despacho SIC/DOV/GAB/PF (16102291), aprovado pelo Senhor Diretor-Geral, onde constam as informações solicitadas.

Atenciosamente,

MILTON RODRIGUES NEVES

Delegado de Polícia Federal

Chefe de Gabinete da Direção-Geral



Documento assinado eletronicamente por **MILTON RODRIGUES NEVES, Chefe de Gabinete**, em 21/09/2020, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16110996** e o código CRC **79218464**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SEÇÃO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC/DOV/GAB/PF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1008/2020.**

Destino: **GAB/PF**

Processo: **08027.000832/2020-91**

Interessado: **Deputada Federal FERNANDA MELCHIONNA - PSOL/RS. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).**

1. Trata-se do Ofício nº 2086/2020/AFEPAR/MJ, de 09/09/2020 (SEI 15983810) que encaminha a esta Polícia Federal (PF) para manifestação, **até o dia 23/09/2020 (quarta-feira)**, o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1008/2020, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF), de autoria da Deputada Federal **FERNANDA MELCHIONNA - PSOL/RS**, apresentado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

2. Consultada a **Diretoria Executiva (DIREX/PF)**, foram apresentadas as seguintes respostas aos questionamentos formulados: 16038389, 16070498 e 16078488.

3. Seguem os questionamentos do RIC e as respostas respectivas:

1) Quais são os atos normativos e demais protocolos que norteiam as operações realizadas pela Polícia Federal em áreas urbanas densamente populosas, como é o caso do Distrito Federal, mais especificamente na Região Administrativa da Estrutural? □

Resposta: A atividade realizada no dia 11 de agosto de 2020 na Região Administrativa da Estrutural, especificamente no local conhecido como Chácara da Santa Luzia, consistiu não em operação policial, mas em treinamento, norteado por manuais e doutrinas classificados como documento reservado, conforme Termo de Classificação da Informação 08200000642201630.R.05.09052016.08052021.N.

2) Quando se deu a escolha do local para realização das operações de treinamento realizados pela Polícia Federal na Região Administrativa da Estrutural, especificamente no local conhecido como Chácara da Santa Luzia em 11 de agosto de 2020?

Resposta: O treinamento fora planejado, com a escolha do local, durante as semanas dos dias 27 a 31 de julho e 03 a 07 de agosto de 2020.

a. Escolhido o local, quando e como foram comunicados o (i) Governo do Distrito Federal; (ii) a Defesa Civil do DF; (iii) a Polícia Militar do DF; (iv) a Polícia Civil do DF; (v) o Corpo de Bombeiros do DF; (vi) o Departamento de Trânsito do DF e demais órgãos competentes do Distrito Federal.

Resposta: A atividade de treinamento foi prevista, inicialmente, pra ocorrer no dia 06 de agosto (quinta-feira). Neste dia, foi realizada comunicação com o Centro de

Operações dos Bombeiros Militares (COCB) e foi feito contato com a Ten.-Cel Sueli, que encaminhou ao Batalhão de Área. Aos militares do Batalhão de Área, foi informada a possibilidade de fogo controlado em carcaça de veículo como parte do treinamento. Os militares se colocaram à disposição do apoio logístico solicitado. Por questões logísticas, o treinamento não foi, de fato, realizado no dia 06 de agosto. Novamente foi comunicado ao Batalhão de Área dos Bombeiros que o treinamento não tinha ocorrido, mas que ocorreria no dia 11 agosto, na semana seguinte. A atividade foi planejada e seu desenvolvimento foi coordenado com a Polícia Militar, os Bombeiros Militares e houve extensa comunicação à comunidade local. À Polícia Militar do Distrito Federal, foi feito comunicado no dia 11 de agosto e, eventualmente, viaturas da PMDF se fizeram presentes, porém sem realizar qualquer tipo de intervenção, tendo em vista já saberem se tratar de um treinamento. O CBMDF já havia sido avisado no dia 06, porém apenas seriam chamados se o fogo provocado no veículo não fosse extinto com os meios disponíveis. Foi utilizada como base logística a instalação local da CAESB, a qual foi solicitada mediante ofício da semana anterior.

b. Quais são os critérios para a escolha dos locais onde operações, como a supracitada, serão realizadas?

Resposta: O Comando de Operações Táticas - COT/DIREX/PF tem como atribuição executar ações táticas que exijam policiais com treinamentos específicos em armas e táticas especiais no interesse das investigações e demais atividades legal e constitucionalmente reservadas à Polícia Federal, conforme previsto na Instrução Normativa nº 13/2005-DG/PF, que "Define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes".

Nesse contexto, afigura-se de extrema importância, além dos treinamentos regulares realizados em sua própria área física, agregar a prática de atividades em áreas públicas, com ambiente semelhante aos que o COT tem sido demandado a atuar em todo o território nacional.

Assim, a citada região foi escolhida para o referido treinamento por ter geografia e arquitetura semelhantes aos locais onde o COT tem sido demandado a atuar em operações de alto risco, atualmente existentes em grande parte das metrópoles nacionais. Acrescenta-se que o treinamento em áreas urbanas reais são de extrema importância à manutenção das capacidades operacionais dos operadores do COT, condicionando-os ao adequado enfrentamento das dificuldades impostas por tais ambientes, o que minimiza sobremaneira os riscos decorrentes de eventual ação real em áreas semelhantes, diminuindo as possibilidades de erro e aumentando a proteção e incolumidade dos policiais e de terceiros.

c. Segundo dados do Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2018)1, a Estrutural possuía, em 2018, aproximadamente 35 mil habitantes. Destes, 76.6% se declaram como pardos ou pretos. Cerca de 38.9% tem ensino fundamental incompleto. Ainda segundo a pesquisa, a renda domiciliar apurada na localidade é considerada baixa, 1,65 salários mínimos mensais, e a per capita, de 0,54 salário mínimo (2018). Existe algum motivo para que operações como estas ocorram em áreas periféricas da cidade?

Resposta: Conforme esclarecido no quesito anterior, é de extrema importância que o COT, além dos treinamentos regulares realizados em sua própria área física, possa agregar a prática de atividades em áreas públicas, com ambiente semelhante aos que tem sido demandado a atuar em todo o território nacional.

Assim, a citada região foi escolhida para o referido treinamento por ter geografia e arquitetura semelhantes aos locais onde o COT tem sido demandado a atuar em operações de alto risco, atualmente existentes em grande parte das metrópoles nacionais. Acrescenta-se que o treinamento em áreas urbanas reais são de extrema

importância à manutenção das capacidades operacionais dos operadores do COT, condicionando-os ao adequado enfrentamento das dificuldades impostas por tais ambientes, o que minimiza sobremaneira os riscos decorrentes de eventual ação real em áreas semelhantes, diminuindo as possibilidades de erro e aumentando a proteção e incolumidade dos policiais e de terceiros.

3) Como a população da Região Administrativa da Estrutural, especificamente no local conhecido como Chácara da Santa Luzia, foi comunicada sobre a operação da Polícia Federal que seria realizada em 11 de agosto de 2020?

Resposta: A comunidade foi comunicada em um amplo perímetro porta a porta por policiais federais incumbidos de explicar as circunstâncias que envolviam o treinamento, frisando não se tratar de uma situação real, mas sim de um treinamento em local bem restrito e totalmente controlado, que não atrapalharia a rotina do bairro. Os moradores contribuíram com o desenvolvimento da atividade, inclusive, franqueando acesso a lajes e outras instalações, melhorando assim, a qualidade do treinamento. Ao final, todos que circundavam estavam empolgados com a atividade e solicitaram permissão para tirar fotos ou simplesmente conversar com policiais federais. Policiais federais foram incumbidos de estabelecer, manter o perímetro de segurança e assegurar o regular fluxo de veículos. Assim, o treinamento transcorreu conforme planejado.

4) Quais foram as precauções tomadas pela presente Pasta para assegurar a segurança dos servidores empregados na operação, assim como da população residente local?

Resposta: Não houve contratempo e a atividade foi realizada exatamente como planejada, sem danos materiais, tendo em vista o perímetro de segurança compreensivo previamente delimitado. Da mesma forma, as ações específicas de treinamento foram executadas à distância controlada de edificações ou pessoas. Assim, o treinamento transcorreu conforme planejado, não obstante a concretização de qualquer dano fosse quase impossível, tendo em vista não ter sido utilizada munição real, mas apenas munições de festim que, muito embora façam relativo barulho, não têm o condão de causar danos físicos ou materiais.

5) Em um dos vídeos divulgados pelo jornal Correio Braziliense pode-se observar crianças acompanhando as atividades da operação de treinamento a poucos metros de distância. Nessa operação há participação de helicóptero que efetua voos rasantes muito próximos das residências. Em um determinado momento um blindado invade um terreno provocando uma explosão, a poucos metros de residências, onde várias pessoas assistem à operação. Em outro vídeo é possível acompanhar uma troca de tiros.

Resposta: Consoante já assinalado, não se tratou de operação policial, mas, sim, de treinamento, de modo que possivelmente os vídeos foram publicados sem a devida contextualização.

A participação de aeronave do Comando de Aviação Operacional na atividade planejada, desenvolvida e controlada pelo Comando de Operações Táticas ocorreu, em razão de solicitação deste, por meio do emprego do helicóptero modelo AS350B2, de matrícula PT-HZH, de caracterização ostensiva. A aeronave foi empregada conforme os delineamentos propostos, sem qualquer evento que representasse redução nos níveis de segurança pertinentes às ações ou simulações de ações policiais como as desenvolvidas.

A atividades aérea policial com helicópteros pode se dar em razão de três grandes, ou complexos, propósitos operacionais policiais: a mobilização, a observação e a intervenção.

As atividades voltadas à mobilização prestam-se ao transporte de pessoas ou coisas, de interesse policial, de um ponto ao outro, considerando-se que o helicóptero é uma aeronave que tem a capacidade de realizar pousos e decolagens de locais relativamente confinados, pontuais. As atividades de observação são aquelas voltadas à obtenção de informações sobre determinado local ou de determinada situação, de interesse policial, mediante a observação visual e/ou a utilização de equipamentos ou sensores diversos, a partir da aeronave. Por fim, as atividades de intervenção são aquelas nas quais meios ou técnicas dissuasórias e/ou meios de defesa são empregados para desencorajar ou fazer cessar atividades ilícitas ou injustas agressões contra terceiros no solo ou à própria aeronave.

Esses três grandes propósitos operacionais, com maior ou menor intensidade, exigem voos a

baixa altura. A mobilização, pela evidente necessidade de pousos e decolagens em pontos eventuais; a intervenção, para se atingir o efeito dissuasório e a eficiência e eficácia de eventual emprego de meios de defesa. Em alguns casos, também a observação, isto a depender dos meios de observação utilizados, do objeto a ser observado e dos propósitos da observação.

Nas atividades desenvolvidas pelo COT na ocasião, a aeronave do CAOP, no conjunto de voos que desenvolveu, foi empregada com os três propósitos mencionados, de forma simulada, pelo que os voos a baixa altura foram desenvolvidos.

De se constar, ainda, que tais voos ocorreram com respaldo normativo-aeronáutico no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) de nº 90, voltado às Operações Especiais de Aviação de Estado, que, especialmente em sua subparte W, trata precisamente do tema.

a. Quais os tipos de armas e munições foram utilizadas durante essa operação? ☐

Resposta: Todo o armamento e munição utilizados no treinamento não tinham qualquer poder de causar danos, tendo em vista que estavam carregados com munição de festim e também equipados com kits de simulação, o que impossibilitaria disparos efetivos mesmo que fossem usadas munições reais.

b. Quantas operações como esta foram realizadas desde 1º de janeiro de 2019 em áreas residenciais urbanas no país?

Resposta: Ações de treinamento são realizadas pela Polícia Federal, que possui atribuição em todo o território nacional, em área rural e urbana, como por exemplo em comunidades densamente povoadas da cidade do Rio de Janeiro. Todos os treinamentos são resguardados pelos mesmos cuidados com os quais foram conduzidos o treinamento em tela. A título de exemplo, somente no ano de 2019, foram realizados treinamentos com diversos deslocamentos aéreos pela cidade de Brasília, inclusive com ações simuladas no Teatro Nacional e na estação de metrô de Taguatinga, incluindo seus entornos próximos e públicos.

6) Favor incluir cópia dos manuais de treinamento utilizados durante as operações de exercício da Polícia Federal.

Resposta: Consoante já assinalado, os manuais e doutrinas utilizados para a formação dos operadores são classificados como documento reservado, conforme Termo de Classificação da Informação 08200000642201630.R.05.09052016.08052021.

4. À consideração do Senhor Diretor-Geral (GAB/PF), com sugestão de remessa ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) das respostas constantes do item 3 deste despacho no prazo assinalado, ou seja, **até o dia 23/09/2020 (quarta-feira).**

EDUARDO ADOLFO DO CARMO ASSIS

Delegado de Polícia Federal
Classe especial - 9388



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO ADOLFO DO CARMO ASSIS, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 19/09/2020, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16102291** e o código CRC **436D74EF**.